



24ª SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA REALIZADA EM 25/04/2017

**PROCESSO TCE-PE Nº 15100027-0**

**RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCOS FLÁVIO TENÓRIO DE ALMEIDA**

**MODALIDADE - TIPO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - GOVERNO**

**EXERCÍCIO: 2014**

**UNIDADE JURISDICIONADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA**

**INTERESSADOS: CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA, MARIA JULIANA LEITE DA CRUZ, SANDOVAL JOSÉ DE LUNA**

**ADVOGADOS: WILLIAMS RODRIGUES FERREIRA - OAB: 38498PE, LEONARDO**

**AZEVEDO SARAIVA - OAB: 24034PE**

**ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA**

**PRESIDENTE DA SESSÃO: CONSELHEIRO MARCOS LORETO**

### **PARECER PRÉVIO**

Decidiu a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco , à unanimidade, em sessão Ordinária realizada no dia 25/04/2017

#### **Parte:**

Sandoval José de Luna

#### **Unidade(s) Jurisdicionada(s):**

Prefeitura Municipal de Cupira

**CONSIDERANDO** os termos do Relatório de Auditoria;

**CONSIDERANDO** que os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal à despesa total com pessoal do Poder Executivo Municipal (DTP) foram extrapolados no 1º, 2º e 3º quadrimestres do exercício financeiro de 2014, pois atingiram, respectivamente, o percentual de 77,20%, 77,95% e 84,61% da receita corrente líquida;

**CONSIDERANDO** que os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal já vem sendo extrapolados desde o exercício de 2012, sem que nenhuma medida tenha sido tomada pela administração para redução dos gastos com pessoal.

**CONSIDERANDO** a não elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS);

**CONSIDERANDO** a existência de inconsistências entre as informações de receita e despesa municipal prestadas ao Tesouro Nacional (SISTN) e no sistema SAGRES;

**CONSIDERANDO** que as demais irregularidades identificadas pela Auditoria são de natureza procedimental e devem ser alvo de determinação de não repetição e aperfeiçoamento;



**CONSIDERANDO** o disposto nos artigos 70 e 71, inciso I, combinados com o artigo 75, bem como com os artigos 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal e o artigo 86, § 1º, da Constituição de Pernambuco

**EMITIR Parecer Prévio** recomendando à Câmara Municipal de Cupira a **Rejeição** das contas do(a) Sr(a) Sandoval José de Luna, relativas ao exercício financeiro de 2014

### **Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Cupira**

**DETERMINAR**, com base no disposto no artigo 69 da Lei Estadual nº 12.600/2004, que o(s) atual (is) gestor(es) da unidade jurisdicionada acima, ou quem vier a sucedê-lo(s), atenda(m) às medidas ou recomendações a seguir relacionadas, a partir da data de publicação desta decisão, sob pena de aplicação da multa prevista no inciso XII do artigo 73 do citado Diploma legal:

1. Implementar ações planejadas no sentido de eliminar a situação deficitária em que se encontra as contas do município;
2. Incrementar ações visando melhorar a liquidez imediata e corrente;
3. Apresentar, de forma consistente, as informações contábeis prestadas na prestação de contas e no SAGRES;
4. Remeter tempestivamente o RREO e o RGF ao Tribunal de Contas, de forma eletrônica, via Sistema de Coleta de Dados Contábeis da Secretaria de Tesouro Nacional (SISTN)
5. Proceder ao levantamento da necessidade de pessoal nas áreas que estão com contratos temporários em andamento, objetivando a realização de concurso público para substituir os vínculos precários por servidores efetivos, em obediência ao disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição da República e aos princípios gerais balizadores da atividade estatal;
6. Elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico;
7. Fazer cumprir os requisitos previstos na Lei Estadual nº 10.489/90, habilitando a receber recursos provenientes do ICMS socioambiental relativo a ações locais relacionadas aos resíduos sólidos;
8. Destinar os seus resíduos sólidos à solução ambientalmente adequada ou devidamente licenciada;
9. Remeter tempestivamente as informações relativas aos módulos de Execução Orçamentária e Financeira e de Pessoal, em via eletrônica;
10. Fortalecer o controle sobre os procedimentos de registro dos fatos administrativos que têm repercussão no patrimônio do município, de modo que atendam às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

**CONSELHEIRO: DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR**

**CONSELHEIRO, Presidente da Sessão: MARCOS LORETO**

**CONSELHEIRO SUBSTITUTO, relator do processo: MARCOS FLÁVIO TENÓRIO DE ALMEIDA**

**Procuradora do Ministério Público de Contas: MARIA NILDA DA SILVA**